



UMA ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAM E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Priscila Thayane de Carvalho Silva¹
Camila Ferreira da Silva²

Eixo 03

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo central analisar a materialidade do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM e verificar se esse comporta a disciplina sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (ERER). Como metodologia utiliza-se da Sociologia Reflexiva bourdieusiana, além disso é uma investigação qualitativa. Dessa forma, foi realizada pesquisa documental, bibliográfica, e análise do PPC de Pedagogia da capital Manaus-AM. Quanto resultados viu-se a necessidade do curso fomentar uma revisão, ampliação, continuidade e fortalecimento na aplicação das Diretrizes curriculares e a inserção da ERER em seu componentes curriculares.

Palavras-chaves: Educação das Relações Étnico-Raciais; Currículo; Formação

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciéncia e Tecnologia- IFAM. E-Mail: priscilathayane10@gmail.com

² Doutora em Ciéncia da Educação. É Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAM. E-Mail: cfsilva@ufam.edu.br



INTRODUÇÃO

Entender a formação docente e a sua solidificação por meio do que preconiza os seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) é imprescindível uma vez que nos PPCs podemos acompanhar todo processo educativo, discussões, compromissos e paradigmas dentro das estruturas curriculares.

Isto posto, os PPCs são documentos que comportam uma identidade formativa e trazem à tona conteúdos determinados, modelos de sociedade que possuem uma objetividade e subjetividade dentro das formações educacionais.

Logo, o debate e modificações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana (ERER) aparecem como obrigatórios nos PPCs, elas não ocorreram do dia para noite, foi fruto de muitas lutas históricas dos Movimentos Negros brasileiros, em vários campos, para que essa politização da diversidade racial e descolonização tomassem corpo nas estruturas dos PPCs, especialmente, se tratando de formações docentes nas licenciaturas.

Houve incialmente em 2003 a conquista das Leis 10.639/03 e 11.645/08; Resolução Conselho Nacional de Educação- CNE/CP 01/2004; Parecer CNE/CP 03/2004 entre outras, fomentada sobretudo pelo ativos políticos dos Movimentos Negros brasileiros.

Em consonância com Gomes (2017) os Movimentos Negros (MN) são primordiais pois são educadores, elaboradores de saberes emancipatórios e organizadores de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Além disso, trazem uma dimensão reivindicativa, propositiva e pedagógica.



2- Metodologia

Centramos a pesquisa na UFAM que é a única universidade federal do estado do Amazonas, criada em 17 de janeiro de 1909. Logo, este artigo tem como objetivo central analisar a materialidade do PPCs do curso de Pedagogia da UFAM, unidade de Manaus e verificar se esse comporta em suas ementas mais atuais disciplinas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Abordamos diversidade, mas com foco na literatura negra.

A pesquisa é documental, bibliográfica, qualitativa e pretende fazer uma breve análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Capital do amazonas.

Quanto à metodologia utilizamos das teorias de Bourdieu (2002) que nos possibilitou conceber o campo científico articulado à sociedade na qual estamos inseridos, material e simbolicamente no uso de sua sociologia reflexiva e seus Materialismo do simbólico.

Fizemos análises de dispositivos textuais e de conteúdo sobre legislações, textos, livros contemporâneos que apresentam os pontos em debate sobre formação docente, relações étnico racial e diretrizes curriculares.

3- Discussão

3.1 A educação como direito social

Sobre a educação, ainda que em pleno século XXI, a Constituição Federal do Brasil de 1988 apresente esta como um direto social, mesmo nesse cenário, a



educação tem sido um terreno fértil, marcado por uma construção de civilização e representação simbólicas carregadas por valores culturais brancocêntricos e europeus.

Segundo Bourdieu e Passeron (2018), existe sim uma cultura legitimada, ainda que seja por vias secretas, operando em favor de uma classe social, ocultando os reais alcances, postos como meramente formais, ligados aos princípios de igualdade, equidade, acesso e democratização das oportunidades, entre outros.

Para Bento (2022), em seu livro *O pacto da branquitude*, a lógica da meritocracia inserida socialmente nas organizações, sejam escolares ou não, reforça constantemente a meritocracia como uma habilidade inerente e individual que viola outras extensões, como a relação dessa “habilidade” com a história social do grupo a que esse indivíduo é pertencente. Desse modo “as relações de dominação de gênero, raça, classe, origem entre outras guardam muitas similaridades na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explícitos” (Bento, 2022, p. 15).

Neste sentido, para Nunes, Santana e Franco (2021), as universidades são convocadas a se posicionar, pois há uma urgência para uma transformação epistemológica que colabore de fato com a descolonização dos currículos e questione as bases do pensamento racista e raciológico no Brasil.

3.2- A obrigatoriedade da Educação das Relações étnico-raciais

A consolidação legislativa dessas reivindicações sociais sobre currículos tiveram êxito inicialmente na década de 90, com a implantação da LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional) alterada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08; Resolução Conselho Nacional de Educação- CNE/CP 01/2004; Parecer CNE/CP 03/2004; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009) e do Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Destacamos que CNE, orientou na sua Resolução nº. 01/2004 (art.1) que as Instituições de Ensino Superior incluíssem “conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes” (BRASIL, 2004).

O CNE estabeleceu como fundamental a necessidade da produção e as criações de espaço como grupos, núcleos de estudos e pesquisas que dialogassem com conhecimentos afro-brasileiros e indígenas.

Possibilitando assim, ampliar, reformular e interagir com formações e experiências curriculares voltadas para diversidades étnico-raciais, culturais e políticas que estivessem de acordo com a realidade da sociedade brasileira, concomitantemente, servissem para combater o racismo estrutural no país e olhado aqui para o contexto Amazônico.

A forma como essa temática sobre ERER tem aparecido nos currículos e são trabalhadas nos cursos de formação de professores (as) no ensino superior, notadamente nos cursos de Pedagogia nos possibilita entender se as instituições se apresenta proativa e comprometida com uma formação para a diversidade étnico-racial e se este tem sido um direito representados nos currículos formativos de professores, nos projetos político-pedagógicos e tem encontrado espaço nas políticas educacionais no curso de Pedagogia de Manaus/AM da UFAM.

3.3- O curso de Pedagogia –Manaus/AM

Sobre o curso de Pedagogia da UFAM, observamos que alguns princípios fundamentais no seu PPC abordam incialmente uma formação ampliada, indissociável



do ensino, pesquisa e extensão. No caso usamos aqui como exemplo o traz no PPC de Pedagogia (Manaus):

A docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico, metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (UFAM-PPC DE PEDAGOGIA, 2018, p.27).

Nessa graduação observamos que há uma disciplina chamada Educação, direitos humanos e diversidade, na introdução do PPC ressaltam seu compromisso com grupos minoritários, versando sobre valores e compromisso de educar pessoas negras e indígenas no Amazonas. De atuar como uma formação intercultural, com vistas à valorização e reconhecimento das culturas relevantes no intercâmbio com a sociedade nacional e global.

Vimos que essa disciplina passou por uma reconfiguração e com inclusão de fato de referências sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em setembro de 2024, ou seja, foi uma inserção recente no PPC e com pouquíssimas literaturas especializadas.

Os autores Shiroma, Campos e Garcia (2005) nos recomendam que devemos estar atentos para a hegemonia discursiva ou para a colonização do vocabulário e conceitos gerais que, por vezes, são utilitaristas e que costumam estar presentes nos documentos. Mas advém, principalmente, que prestemos atenção ao que eles não dizem, pois o silenciamento de determinadas pautas também nos dá pistas para captar as essências dos documentos.

Além disso, percebemos que embora apareça uma Sigla e carga horária na ementa do curso, percebemos que essa disciplina até o presente momento ainda não foi ou tem sido ofertada.

4- Conclusão

Para combater esse modelo educacional brancocêntrico, defendemos uma escola e uma universidade que possa ter a responsabilidade de construir significações positivas das populações negras e desenvolver ações que promovam o respeito à diversidade racial, cultural e histórica e para que isso ocorra, é parte primordial aprimorar os processos de formação no curso de futuros Pedagogos e Educadores.

É imprescindível representar as pessoas negras e indígenas na estatística universitária, na solidificação de um lugar de positivação em seus currículos e não como percebemos, simbólica e materialmente, nesse lugar de silenciamentos e apagamento culturais identitários, sobretudo se tratando de um Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia que ocorre no Norte do País.

Quando falamos da presença negra no Amazonas, em acordo com Melo (2021, p. 09), há “um silêncio persistente que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram dessa região seu espaço de luta e sobrevivência.

Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados legítimos. (Gomes, 2017, p. 114).

Nessa propositura, é imperativo pensar a invisibilização da população negra atrelada ao racismo estrutural amazonense, vemos isso sendo retratado no PPC de



Pedagogia da UFAM, que citam pouco ou quase nunca a população negra, e são silenciados como se esse grupo não tivesse ou fizesse parte desse território.

Destarte, entendemos que é possível estruturar ações de ampliação nesse PPC e políticas públicas educacionais que coadunem com práticas antirracistas, sobretudo, se forem alicerçadas em valores institucionais com a politização da diversidade racial e descolonização dos currículos, especialmente se cumprirem o que preconizam as legislações relacionadas a inclusão Diretrizes Curriculares para Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



5- Referências

- BENTO. Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01/07/2025.
- BRASIL.[Brasil,2003e]. **Lei nº 10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 02/07/2025.
- BRASIL [Brasil, 2004h]. Ministério da Educação ,2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educação_das_relações_étnico_raciais_e_para_o_ensino_de_história_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf>. Acesso em: 01/07/2025.
- BRASIL. [Brasil, 2013c], Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 02/07/2025.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 17-58.



BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

GOMES, Nilma. **O Movimento Negro educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NUNES, Cícera; SANTANA, Jusciney; FRANCO, Nanci. **Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a).** Roteiro, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021. Disponível em: <[2177-6059-roteiro-46-e26314.pdf](https://127.0.0.1:20000/xxiii-seinpe-2025/roteiro-46-e26314.pdf)>. Acesso: 21/07/25.

MELO. Patrícia. Por uma história da escravidão africana e da presença negra na Amazônia. In: MELO, Patrícia (Org). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Rosilene; GARCIA, Rosalba. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.